

**A PAISAGEM GEOGRÁFICA E OS SERVIÇOS ECOSISTÊMICOS NO MUNICÍPIO DE ITAGI, BAHIA****THE GEOGRAPHIC LANDSCAPE AND ECOSYSTEM SERVICES IN THE MUNICIPALITY OF ITAGI, BAHIA****EL PAISAJE GEOGRÁFICO Y LOS SERVICIOS ECOSISTÉMICOS EN EL MUNICIPIO DE ITAGI, BAHÍA**Alessandro de Jesus Santana¹, Nelma Lima Bruno², Railane Santana Rodrigues³

e768103

<https://doi.org/10.47820/recima21.v7i6.8103>

PUBLICADO: 06/2026

RESUMO

O estudo teve como objetivo investigar os serviços ecossistêmicos no município de Itagi, considerando sua configuração geomorfológica caracterizada por depressões e relevos de mares de morros, além da presença de uma importante bacia hidrográfica responsável pelo abastecimento da maioria dos cursos d'água que drenam o território. A pesquisa foi orientada pela seguinte problemática: Quais serviços ecossistêmicos de provisão e culturais são ofertados pelo meio ambiente à população local, bem como a relevância desses serviços para o desenvolvimento sustentável. Ademais, a investigação destaca a ausência de fiscalização frente às intervenções antrópicas em áreas de preservação permanente, as quais podem comprometer a dinâmica ambiental, social e econômica da região. A realização do estudo justifica-se diante do crescente processo de degradação ambiental, evidenciado pela redução da cobertura vegetal e pela diminuição da capacidade hídrica em diferentes áreas do território. Metodologicamente, adotou-se uma abordagem qualitativa, com delineamento de pesquisa de campo. A coleta de dados ocorreu por meio de observações sistemáticas e entrevistas não diretas, sendo os dados analisados por meio da técnica de análise de conteúdo, contemplando as etapas de definição das unidades de registro, de contexto e categorização.

PALAVRAS-CHAVE: Serviços Ecossistêmicos. Paisagem. Economia.**ABSTRACT**

This study aimed to investigate ecosystem services in the municipality of Itagi, considering its geomorphological configuration characterized by depressions and rolling hills, as well as the presence of an important hydrographic basin responsible for supplying most of the watercourses that drain the territory. The research was guided by the following problem: What provisioning and cultural ecosystem services are offered by the environment to the local population, and what is the relevance of these services for sustainable development? Furthermore, the investigation highlights the lack of oversight regarding anthropogenic interventions in permanent preservation areas, which can compromise the environmental, social, and economic dynamics of the region.

¹ Graduado em Geografia na UniCesumar e Educação Física pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Possui três especializações: Psicomotricidade, LIBRAS e Ciência da Religião, sendo mestre em Relações Étnicas e Contemporaneidade.

² Graduada em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Especialista em Agroecologia Aplicada à Agricultura Familiar Residência Agrária, Mestra e Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

³ Graduada em Geografia pela UniCesumar e estudante do curso de especialização em Ensino de História e Geografia e suas Linguagens.



The study is justified by the increasing process of environmental degradation, evidenced by the reduction of vegetation cover and the decrease in water capacity in different areas of the territory. Methodologically, a qualitative approach was adopted, with a field research design. Data collection was carried out through systematic observations and non-directive interviews, and the data were analyzed using content analysis techniques, encompassing the stages of defining the units of recording, context, and categorization.

KEYWORDS: *Ecosystem Services. Landscape. Economy.*

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo investigar los servicios ecosistémicos en el municipio de Itagi, considerando su configuración geomorfológica caracterizada por depresiones y colinas onduladas, así como la presencia de una importante cuenca hidrográfica responsable del abastecimiento de la mayoría de los cursos de agua que drenan el territorio. La investigación se guió por el siguiente problema: ¿Qué servicios ecosistémicos de aprovisionamiento y culturales ofrece el medio ambiente a la población local, así como la relevancia de estos servicios para el desarrollo sostenible? Además, la investigación resalta la falta de supervisión respecto a las intervenciones antropogénicas en áreas de preservación permanente, las cuales pueden comprometer la dinámica ambiental, social y económica de la región. El estudio se justifica por el creciente proceso de degradación ambiental, evidenciado por la reducción de la cobertura vegetal y la disminución de la capacidad hídrica en diferentes áreas del territorio. Metodológicamente, se adoptó un enfoque cualitativo, con un diseño de investigación de campo. La recolección de datos se realizó mediante observaciones sistemáticas y entrevistas no directivas, y los datos se analizaron utilizando la técnica de análisis de contenido, que abarcó las etapas de definición de las unidades de registro, contexto y categorización.

PALABRAS CLAVE: *Servicios ecosistémicos. Paisaje. Economía.*

1. INTRODUÇÃO

Itagi localiza-se nas coordenadas geográficas de 14°09'46" S e 40°00'22" W, apresentando uma extensão territorial de 310,621 km². De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano de 2026, possui uma população estimada em 13.803 habitantes. Inserido no domínio do bioma Mata Atlântica, o município enfrenta significativos desafios relacionados à degradação ambiental. Apesar de sua rica biodiversidade, observa-se a intensificação de atividades antrópicas que comprometem a manutenção e a funcionalidade dos serviços ecossistêmicos.

A compreensão ecossistêmica da paisagem geográfica adotada neste estudo fundamenta-se na perspectiva integrada da Geografia Física, que a considera como resultado da interação dinâmica entre elementos naturais e sociais. Nesse sentido, a abordagem sistêmica da paisagem constitui importante referencial teórico-metodológico. Conforme proposições de Sochava (1977), a paisagem deve ser analisada como um sistema complexo, estruturado por relações funcionais entre seus componentes. Complementarmente, Bertrand (1972) destaca o



conceito de geossistema como unidade de análise que integra natureza e sociedade, permitindo compreender as transformações espaciais de forma articulada.

No contexto brasileiro, as contribuições de Ab'Sáber (2003) são fundamentais por dividir o país em grandes conjuntos de paisagens, considerando as características de relevo, clima, solo, hidrografia e vegetação, como domínios determinantes nas classificações, tendo suas análises amplamente empregadas em articulação com uma abordagem que percebe natureza e sociedade interligadas. De modo semelhante, Tricart (1977) enfatiza a importância da dinâmica do relevo e dos processos geomorfológicos na estruturação dos sistemas ambientais, reforçando a necessidade de uma análise integrada da paisagem. E Christofletti (1999) introduz a Teoria Geral dos Sistemas na Geografia brasileira, consolidando uma base teórica essencial para a compreensão das inter-relações entre os elementos naturais e humanos.

Este estudo resulta de uma investigação sobre os serviços ecossistêmicos de provisão e culturais ofertados pelo meio ambiente, bem como sua relevância para o desenvolvimento econômico e sustentável do município de Itagi. O município encontra-se inserido no bioma Mata Atlântica, cuja área de ocorrência se estende por diversos estados brasileiros, abrangendo, além da Bahia, outras unidades federativas das regiões Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Tal amplitude territorial evidencia a expressiva extensão desse bioma e reforça a importância dos serviços ecossistêmicos por ele desempenhados em diferentes contextos socioambientais.

No âmbito conceitual e normativo, os serviços ecossistêmicos são compreendidos como benefícios relevantes gerados pelos ecossistemas à sociedade, incluindo aqueles relacionados à provisão de bens naturais, como água, alimentos e matérias-primas, conforme estabelecido pela Lei nº 14.119/2021 (BRASIL, 2021). Essa legislação institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais, reforçando a necessidade de valorização e conservação das funções ecossistêmicas.

Em consonância com a perspectiva de Santos (1996), a natureza não deve ser compreendida como um mero conjunto de recursos, mas como um sistema dinâmico, sensível às intervenções humanas. No contexto brasileiro, tal condição tem se manifestado de forma historicamente negativa, sobretudo no bioma Mata Atlântica, que, apesar de sua relevância e ampla extensão territorial, apresentou expressivo processo de degradação ao longo do tempo. Esse cenário intensificou-se a partir da colonização europeia, iniciada no século XVI, período em que a exploração dos recursos naturais foi orientada por uma lógica de expropriação. Posteriormente, com o avanço do capitalismo industrial, essa dinâmica foi aprofundada, resultando na redução da capacidade dos ecossistemas de manter suas funções e de prover serviços ecossistêmicos de forma contínua.



Na conjuntura atual, a utilização dos recursos naturais deveria, em princípio, ser regulada por instrumentos legais. Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225, estabelece que o poder público e a coletividade são responsáveis pela garantia de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, condição essencial à qualidade de vida das gerações presentes e futuras. Entretanto, no âmbito da racionalidade econômica liberal, observa-se a persistência de práticas intensivas de exploração, como o desmatamento voltado à extração de madeira e recursos minerais para fins industriais. Tais atividades promovem a supressão e a fragmentação de formações florestais nativas, intensificando efeitos de borda, comprometendo a biodiversidade, a integridade das paisagens e a provisão de serviços ecossistêmicos.

No município de Itagi, que é caracterizado por expressiva disponibilidade hídrica, o uso inadequado dos recursos naturais pode comprometer significativamente as matas ciliares, essenciais à proteção de nascentes e cursos d'água. Tal processo tende a reduzir a oferta hídrica e a capacidade dos ecossistemas florestais de desempenhar funções regulatórias, como o sequestro de carbono atmosférico. Nesse sentido, mesmo em unidades territoriais de menor escala, como o município em análise, observam-se impactos de ordem ambiental, econômica e social, além de implicações no âmbito do lazer. Destaca-se que este último está diretamente associado ao turismo ambiental, o qual tem contribuído para a dinamização econômica local, especialmente no período compreendido entre os meses de dezembro e março, quando as elevadas temperaturas favorecem atividades recreativas em rios e cachoeiras.

O estudo foi orientado pelos seguintes questionamentos: quais serviços ecossistêmicos de provisão e culturais são ofertados pelo meio ambiente à população do município de Itagi? E qual a relevância desses serviços para o desenvolvimento econômico sustentável local? Dessa forma, o objetivo consistiu em investigar os serviços ecossistêmicos condicionados pela configuração da paisagem geográfica.

A partir de observações do campo, procedeu-se à identificação de áreas prioritárias para preservação permanente, além de evidenciar a importância dos serviços ecossistêmicos e das dinâmicas estruturais do relevo, dos recursos hídricos e das paisagens geográficas do município, buscando contribuir para a educação ambiental da população, com ênfase em estudantes jovens e adultos das redes municipal e estadual de ensino, de modo a promover compreensão acerca da dependência direta e indireta da sociedade em relação aos recursos naturais.

O desenvolvimento deste estudo justifica-se em função do avanço dos processos de degradação ambiental no município de Itagi, os quais têm comprometido a cobertura do solo e o regime hidrológico local. Tais alterações repercutem diretamente na dinâmica de escoamento superficial, infiltração e recarga de lençóis freáticos, resultando na redução da disponibilidade de



água em diferentes compartimentos de bacias hidrográficas. Esse quadro afeta, inclusive, áreas legalmente protegidas, como zonas de nascentes e setores de afloramentos de olhos d'água, onde se observam processos de supressão da vegetação nativa e mudanças no uso e cobertura da terra. A conversão dessas áreas para sistemas monocultores, pastagens e ocupações humanas diversas, intensifica processos erosivos, assoreamento de cursos d'água e a perda de funções ecossistêmicas relacionadas à regulação.

Ressalta-se que, embora o município de Itagi apresente relevante disponibilidade hídrica, associada ao volume de água armazenada e redistribuída, principalmente no âmbito da maior bacia hidrográfica local — denominada neste estudo de “Bacia Imponência”, categoria proposta pelos autores —, observa-se a limitada atuação de mecanismos de fiscalização e controle ambiental por parte de órgãos competentes, como o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) e Secretaria de Meio Ambiente municipal, bem como a incipiência de instrumentos normativos em escala local voltados à proteção desses recursos. Tal contexto pode comprometer a dinâmica hidrológica e ecológica, repercutindo negativamente no Território de Identidade Médio Rio de Contas, uma vez que os cursos d'água do município integram a rede de drenagem da bacia do Rio de Contas, que atravessa diversos municípios até sua foz no litoral de Itacaré.

2. METODOLOGIA

Este estudo configura-se como uma investigação com caráter exploratório, realizado entre janeiro de 2025 e fevereiro de 2026, fundamentado em conhecimento prévio acerca da dimensão territorial e da organização da paisagem geográfica do município de Itagi. Adotou-se uma abordagem qualitativa que, conforme Minayo (2001), privilegia a compreensão de dimensões da realidade não passíveis de quantificação, com ênfase na interpretação dos significados inerentes às interações entre sociedade e meio ambiente.

A pesquisa desenvolvida fundamenta-se na abordagem da Geomorfologia Ambiental proposta por Guerra e Marçal (2010), a qual analisa os efeitos da antropização sobre o relevo e discute estratégias de mitigação desses impactos em prol do bem-estar socioambiental. Adicionalmente, incorporam-se as contribuições de Santos (1996), ao conceber a natureza como parte integrante do espaço geográfico, bem como as formulações de Santos (2004), que aborda aspectos relacionados ao planejamento ambiental e à dinâmica de uso e ocupação do solo.

No que concerne aos procedimentos metodológicos, a investigação foi operacionalizada por meio de pesquisa de campo, com a realização de observações sistemáticas e entrevistas



não diretivas, ou seja, sem perguntas previamente formuladas, feitas a seis participantes, numerados como 1, 2, 3, 4, 5 e 6, selecionados em função de sua relação direta com o ambiente local. Sendo que cinco destes são moradores da região estudada, e um residente da zona urbana, mas que possui patrimônio em parte da “Bacia Imponência”.

O tratamento dos dados foi realizado mediante a técnica de análise de conteúdo, conforme sistematizada por Bardin (2011), contemplando as etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Para fins analíticos, consideraram-se as unidades de registro e de contexto, seguidas do processo de categorização temática, proposta pelo mesmo autor, possibilitando a organização, sistematização e interpretação dos dados em consonância com os objetivos da pesquisa.

3. CIDADE DAS ÁGUAS

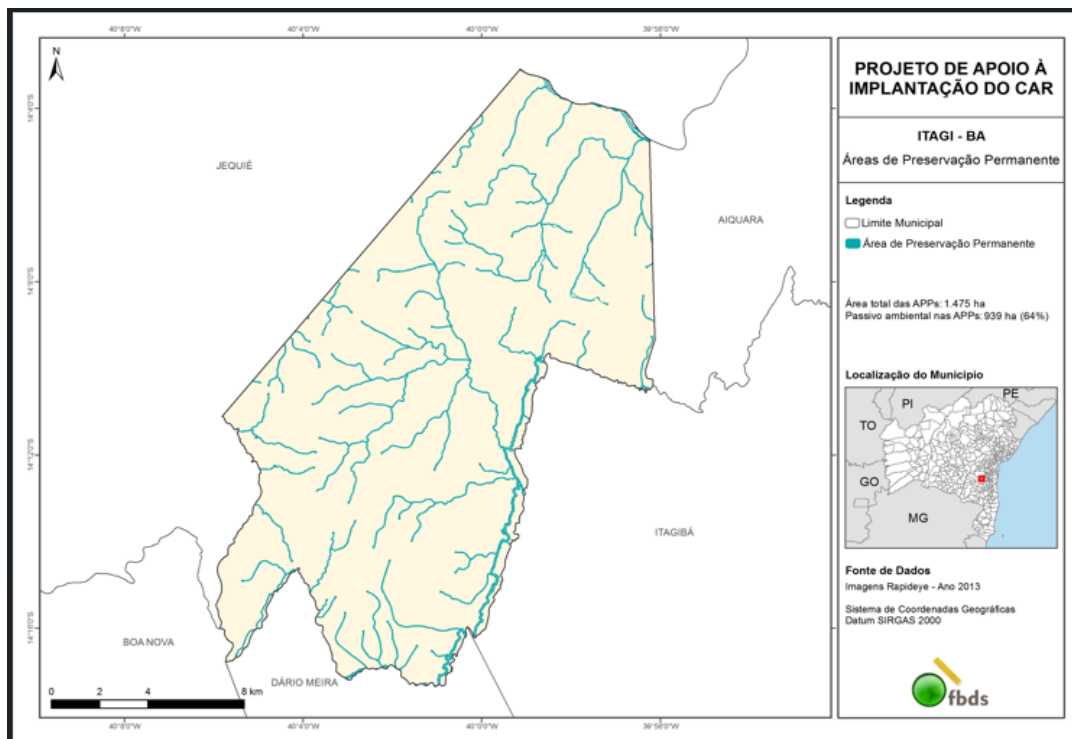
O Brasil destaca-se no cenário global pela elevada diversidade biológica e expressiva provisão de serviços ecossistêmicos. O território nacional abriga extensas formações florestais tropicais e apresenta significativa disponibilidade de recursos hídricos. De acordo com o IBGE (2023), o país concentra aproximadamente 12% da água doce disponível no planeta. Ademais, contempla importantes biomas, como a Amazônia, o Cerrado, a Caatinga, o Pantanal, o Pampa e a Mata Atlântica, sendo este último o domínio litorâneo que se estende até a área de influência do município em análise.

O município de Itagi é reconhecido, tanto pela população local quanto por demais habitantes do Território de Identidade Médio Rio de Contas, como “Cidade das Águas”, em razão de sua inserção na bacia do Rio de Contas e da presença de uma densa rede de drenagem, caracterizada por cursos d’água sinuosos associados a relevos de morros. Tais cursos têm suas nascentes predominantemente na porção sudoeste do território municipal, em área rural que estabelece limites com os municípios de Jequié e Dário Meira, além de apresentar proximidade com Boa Nova, do qual se encontra separada por um corredor territorial de aproximadamente cinco quilômetros.

Nesse contexto, identifica-se em uma extensão de zona rural com confluência de divisas municipais, ponto quádruplo, uma unidade hidrográfica de significativa relevância socioambiental, nomeada no presente estudo como “Bacia Imponência”. Tal denominação ocorre em função da ausência de classificação formal em levantamentos oficiais e na literatura científica, apesar da notória importância na dinâmica hidrológica municipal e regional. A bacia cumpre função estratégica no abastecimento das cidades que circundam o município de Itagi,

recarregando lençóis freáticos, aquíferos e sustentando atividades agropecuárias, lazer e consumo de água para atividades cotidianas.

Figura 1. Mapeamento das Áreas de Preservação Permanente (APPs) no município de Itagi, Bahia



Fonte: Mapa colaborativo da Rapideye (2019).

A denominada “Bacia Imponência” apresenta como característica distintiva sua inserção em uma faixa ecotonal entre os biomas Mata Atlântica e Caatinga, em contexto de transição para condições semiáridas. Essa unidade hidrográfica abrange parcela significativa do escoamento superficial em áreas rurais de quatro municípios, tendo parte de sua área de captação localizada no território de Itagi. E do ponto de vista da paisagem, observa-se uma configuração de vegetação intermediária, que não corresponde integralmente às formações florestais densas da Mata Atlântica nem às formações predominantemente herbáceas e xerófitas da Caatinga. Tal condição confere à área um caráter fisionômico singular, particularmente evidente nas zonas limítrofes com o município de Jequié.

Apesar dessa heterogeneidade estrutural, os ecossistemas presentes demonstram elevada capacidade funcional, convertendo as especificidades ambientais locais em serviços



ecossistêmicos de provisão e culturais, fundamentais para a sustentabilidade socioambiental da região, desempenhando papel essencial na manutenção das condições de vida dos munícipes, ao prover recursos como água potável, alimentos e insumos de interesse farmacêutico, e exercendo funções regulatórias relevantes, incluindo a modulação climática, a purificação do ar por meio do sequestro de carbono e a filtragem natural da água, assegurando sua qualidade para consumo. Paralelamente, oferecem serviços culturais, materializados na disponibilização de paisagens e espaços destinados ao lazer e práticas sociais.

Nesse contexto, conforme Costanza e Daly (1997), tais serviços correspondem aos benefícios que as populações humanas obtêm, direta ou indiretamente, das funções desempenhadas pelos ecossistemas. De modo complementar, Farley (2012) define os serviços ecossistêmicos como componentes passíveis de utilização na promoção do bem-estar humano. Nessa lógica, acredita-se que municípios como Abaíra, Jussiape, Brumado, Tanhaçu, Jequié, Jitaúna, Ipiaú, Itagibá, Barra do Rocha, Ubatã, Ubaitaba, Aurelino Leal e Itacaré enfrentariam significativas limitações em sua organização territorial e funcional na ausência do Rio de Contas, evidenciando a centralidade desse rio para a dinâmica de várias comunidades.

No município de Itagi, a presença de cursos d'água locais, como os Rios das Pedras, o Rio da Febronha, do Vinhático I e o Rio Santo Antônio, revela-se igualmente determinantes para a consolidação do espaço urbano e rural, além de sustentar importantes elementos da paisagem, como as cachoeiras de Cândido, Riacho Doce, Velho Teté, Jaguarana e Doutor Lipe, que desempenham funções ecológicas e socioculturais relevantes. Tais estruturas hídricas são fundamentais para o abastecimento da população urbana e rural. Assim, a análise da dependência funcional entre a sociedade e os sistemas hídricos evidencia a centralidade desses recursos na manutenção das dinâmicas territoriais e reforça a necessidade de sua conservação, considerando seu papel estratégico para a sustentabilidade socioambiental em escala local e regional.

No território do município de Itagi, a água configura-se simultaneamente como um serviço ecossistêmico de provisão e de natureza cultural, dada sua relevância para o abastecimento humano e para as práticas sociais associadas ao uso dos recursos hídricos. A água distribuída à população não resulta de processos industriais, mas de dinâmicas naturais contínuas, reguladas pelo ciclo hidrológico e ação da gravidade sobre o relevo, que favorece sua acumulação em áreas de maior altitude, e escoamento para partes menos elevadas.

Nesse contexto, destacam-se as zonas de recarga e captação hídrica situadas, sobretudo, em áreas rurais que abrangem localidades como Jaguarana, Santo Antônio, Brejo, Tamanduá (conhecida como cabeceira da Preguiça), Riacho Dantas, Riacho da Onça, Palmeira

do Novo Oriente, Oriente Novo, Rochedo e áreas adjacentes, inseridas nos territórios de Itagi, Jequié e Dário Meira. Tais áreas desempenham papel estratégico na manutenção da disponibilidade hídrica regional, evidenciando a importância da conservação desses ambientes para a sustentabilidade dos sistemas naturais e sociais.

4. ECOSSISTEMA COMO RIQUEZA PROVIDORA E CULTURAL

No âmbito da bacia hidrográfica local, dois cursos d'água de menor ordem destacam-se pela relevância na dinâmica hídrica urbana do município de Itagi: o Rio da Febronha, com nascentes na região do Vinhático I, e o Rio das Pedras, cujas cabeceiras situam-se nas áreas da Jussara, Brejo e do Riacho da Onça, apresentando confluência a jusante que passa na Fazenda dos Bulhões, seguindo em direção à região da Curindiba, onde se localizam importantes feições geomorfológicas, como cachoeiras e poços naturais.

Entre esses elementos, destaca-se o denominado “Poço da Mãe d'Água”, reconhecido não apenas por sua relevância paisagística, mas também por seu valor simbólico-cultural. Segundo relatos de moradores locais, esse espaço está associado a narrativas tradicionais que atribuem à “Mãe d'Água” o papel de entidade protetora do ambiente, evidenciando a dimensão cultural dos serviços ecossistêmicos vinculados aos recursos hídricos da região.

Figura 2. Poço da Mãe d'Água no município de Itagi, Bahia

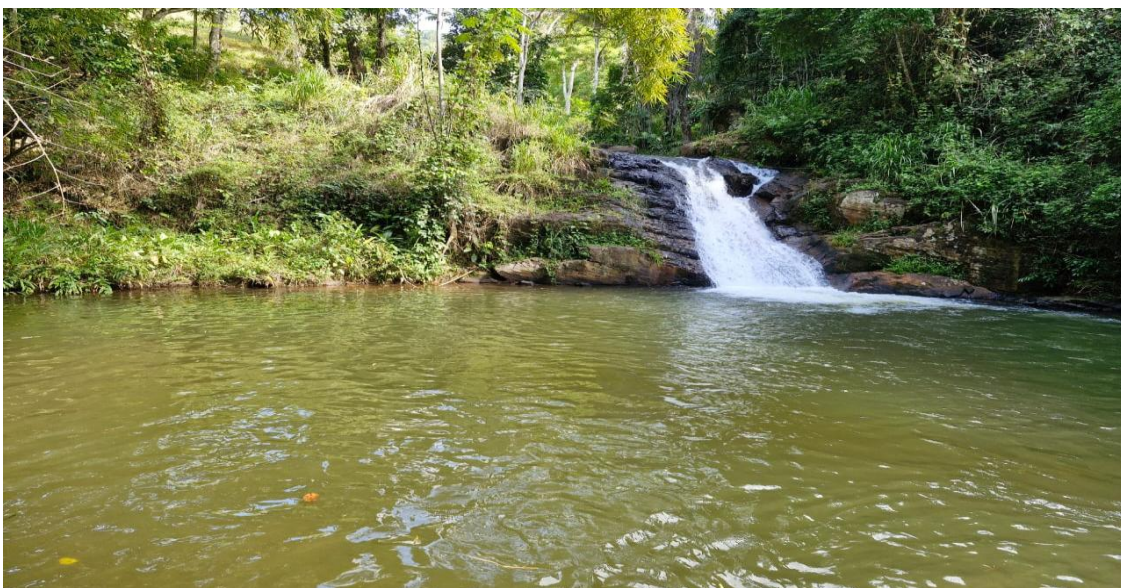


Foto: SANTANA, A. de J. (2026).

A significativa disponibilidade hídrica do município de Itagi, associada à ocorrência de quedas d'água sobre afloramentos rochosos — como o Poço da Mãe d'Água, o Riacho Doce e a Cachoeira de Cândido, no Rio das Pedras, situados na região da Curindiba —, tem conferido destaque regional à localidade. Essas feições geomorfológicas e hidrológicas atuam como atrativos naturais, promovendo a intensificação do turismo de base ecológica, incluindo atividades de lazer, aventura e trilhas.

Tal dinâmica contribui para a dinamização da economia local, ao estimular a geração de renda e o surgimento de empreendimentos associados ao setor de serviços, como estabelecimentos alimentícios, meios de hospedagem e atuação de guias turísticos. Além disso, esses processos fortalecem a identidade cultural da população, ao favorecer a valorização do espaço geográfico e práticas socioculturais vinculadas aos recursos naturais, ressaltando a dimensão cultural dos serviços ecossistêmicos.

Figura 3. Riacho Doce no município de Itagi, Bahia

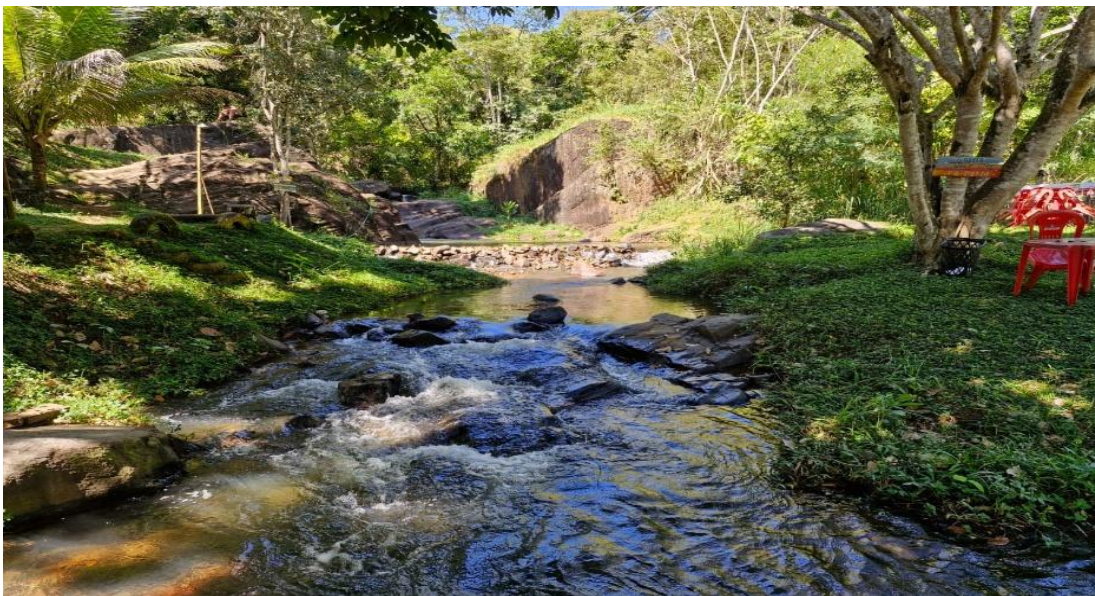


Foto: SANTANA, A. de J. (2026).

Além dos cursos hídricos anteriormente mencionados, outros rios de relevância regional são formados pelas águas da denominada “Bacia Imponência”, destacando-se o Rio da Jaguarana, que contribui para o aumento do volume hídrico do Rio Santo Antônio, conhecido localmente como Rio Preguiça. A bacia em destaque ainda abriga importantes nascentes que

dão origem ao Rio do Novo Oriente, responsável pelo abastecimento hídrico, por meio de sistemas de adução, da população do município de Manoel Vitorino.

O referido curso d'água percorre parte do território de Jequié, adentra o município de Itagi, atravessando a região do Vinhático II, onde recebe contribuição hídrica de uma sub-bacia associada à localidade da Palmeira dos Góes. Posteriormente, converge para o Rio de Contas, desaguando nas proximidades de Itajuru, distrito de Jequié, o que demonstra a integração e a conectividade na rede de drenagem regional, caracterizando significativa amplitude territorial atendida pelos serviços ecossistêmicos de provisão associados à denominada "Bacia Imponência", como unidade hidrográfica inserida em uma configuração geomorfológica típica de mares de morros, caracterizada pela elevada capacidade de interceptação e infiltração das águas pluviais. Revelando a necessidade de sua conservação ambiental por meio de ações integradas entre os municípios de Itagi, Jequié, Dário Meira e Boa Nova.

A configuração do relevo em mares de morros exerce influência direta sobre a organização do espaço geográfico e na dinâmica socioeconômica local, condicionando a localização de assentamentos humanos, a definição de traçados de estradas vicinais e na implantação de atividades agrícolas. Ademais, contribui para a estruturação de locais de sociabilidade e no desenvolvimento do turismo ambiental, evidenciando a inter-relação entre os aspectos físicos e as práticas sociais no território.

Figura 4. Compartimento geomorfológico de mares de morros na bacia hidrográfica de Itagi, Bahia



Foto: SANTANA, A. de J. (2026).



A paisagem apresentada na Figura 4 integra a denominada “Bacia Imponência”, situada na localidade de Palmeira do Novo Oriente, área de elevada relevância hidroambiental para o município de Itagi. Nessa localidade e em áreas adjacentes — como Riacho da Onça, Riacho Dantas, região do Santo Antônio (setor mais elevado da Jaguarana), Tamanduá e Jussara —, observa-se expressiva capacidade de interceptação e armazenamento das águas pluviais, associada à ocorrência de zonas de recarga hídrica e à formação de diversos cursos d’água.

Esse arranjo espacial desempenha papel estratégico na provisão de recursos hídricos para diferentes municípios, uma vez que favorece processos de infiltração e recarga do lençol freático. Como resultado, verificam-se afloramentos de águas subterrâneas na forma de nascentes e olhos d’água em cotas altimétricas inferiores, contribuindo para a formação de sistemas fluviais que se direcionam aos municípios de Itagi, Dário Meira, Boa Nova e Jequié. Destaca-se que, a partir das entrevistas realizadas com moradores inseridos na área da bacia hidrográfica, verificou-se limitado nível de reconhecimento acerca da relevância ambiental do território em que residem, especialmente no que se refere ao papel dessas áreas como zonas de captação e abastecimento dos principais cursos d’água que percorrem o município de Itagi.

O COLABORADOR 2 chega a afirmar que “[...] a região deveria ser mais valorizada pelos políticos da cidade”, fazendo alusão ao descuido das estradas vicinais em parte do ano, sem citar a grandeza hídrica e da flora na área que reside. O COLABORADOR 3 expõe: “[...] a região já foi mais forte na agricultura, de uns 30 anos para cá, houve diminuição da produção”. Mas não associa essa diminuição da produção com a degradação ambiental na bacia. O COLABORADOR 1 diz em alguns momentos que “[...] as pessoas daqui vivem na riqueza e não valoriza”. E reprova a falta de plantio e cultivo de culturas diversas, como feijão, milho, batata, entre outras especiarias.

O COLABORADOR 4, em determinado momento, oraliza, “[...] aqui era uma região bem melhor que hoje! Essa região inteira está se tornando de poucos donos”. Logo após, cita o nome de três fazendeiros que compraram pequenas propriedades para aumentar rebanhos de gado. O COLABORADOR 5, que encontramos na zona urbana, afirma: “tenho muita vontade de retornar para terra, mas é difícil, pois não há como cuidar da minha saúde e dos meus pais. Lá, o povo padece na área da saúde e estradas, por isso que muitos vão embora até de Itagi”. Já o COLABORADOR 6, falando do êxodo rural local, faz o seguinte questionamento durante a conversa: “Por que o governo não ajuda agente, pequeno produtor a permanecer cuidando da terra”. E continua fazendo uma crítica ao financiamento dos grandes produtores do Brasil, que segundo ele, muitas vezes nem necessitam.



Apesar dos seis colaboradores auxiliarem nas informações referente aos nomes e limites de cada localidade na escala da “Bacia Imponência”, pouco falam ou desconhecem o potencial ambiental desempenhado pela mesma. Esse cenário revela uma lacuna no processo de conscientização geoambiental, uma vez que, se as populações diretamente inseridas na bacia não reconhecem plenamente a importância dos serviços ecossistêmicos associados ao espaço que ocupam, tal desconhecimento tende a ser ainda mais acentuado entre os habitantes da zona urbana. Estes, em grande medida, mantêm uma relação indireta com os recursos hídricos, mediada pelo sistema de captação e distribuição, operados pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento, que realiza a adução de água, sobretudo a partir do Rio das Pedras, até as residências, bem como por meio do uso recreativo de ambientes naturais, como cachoeiras distribuídas em diferentes pontos do território.

O Rio das Pedras constitui a principal fonte de abastecimento do sistema público de água do município de Itagi, atendendo à totalidade da população urbana. Suas nascentes localizam-se nas áreas rurais conhecidas como Jussara, Brejo e Riacho da Onça, situadas entre 10 e 15 km da sede municipal. Sendo em grande medida, terras de pecuaristas ou personalidades políticas, que por muitos anos vêm degradando mananciais e matas ciliares deste rio que mais tem servido a comunidade. E por terem influência na política local, implica em dificuldades na fiscalização pelos órgãos de defesa ambiental, gerando conseqüentemente mais pressões antrópicas sobre os mananciais.

Observa-se, em especial na região da Jussara, a intensificação de processos de degradação ambiental ao longo dos últimos anos, incluindo a supressão de matas ciliares e a intervenção direta sobre as áreas de nascentes, comprometendo a integridade dos sistemas hídricos que historicamente sustentam o abastecimento da população. Tais intervenções representam riscos à manutenção do volume de água superficial e à qualidade hídrica. Conforme apontam Lacerda e Cândido (2013), ações antrópicas dessa natureza promovem alterações tanto na quantidade quanto na qualidade da água, o que se evidencia pela intensificação do assoreamento em períodos chuvosos e pela redução significativa da vazão durante fases de estiagem.

A partir de observações de campo, verifica-se que, ao longo dos cursos dos rios das Pedras, Febronha, Jaguarana e do Rio da Palmeira, desde as nascentes e afloramentos hídricos até suas confluências com os rios Santo Antônio e de Contas, predominam usos do solo associados a pastagens, cultivos agrícolas e práticas de queima de biomassa para fins energéticos. Tais atividades ocorrem, em diversos trechos, especialmente em Áreas de

Preservação Permanente, como matas ciliares e zonas de nascentes, comprometendo a integridade ecológica desses ambientes.

Conforme apontam Jacobi *et al.* (2015), o enfrentamento da problemática ambiental demanda uma postura reflexiva frente aos impactos decorrentes das ações humanas, frequentemente orientadas por uma lógica utilitarista. Nesse sentido, torna-se imprescindível a promoção de novas formas de compreensão, valores e práticas socioambientais, voltadas à conservação dos recursos naturais, estimulando mudanças nos padrões de comportamento da população do município de Itagi, bem como o fortalecimento de uma postura mais proativa por parte da gestão pública local no que se refere à valorização e proteção ambiental. O que configura como um complexo desafio, pois percebe-se limitada inserção do debate socioambiental no cotidiano da população, especialmente no que diz respeito aos recursos naturais dos quais dependem.

Observa-se, por exemplo, a baixa mobilização social e institucional frente aos processos de degradação ambiental que incidem, de modo mais evidente, sobre o Rio das Pedras, reconhecido como o principal recurso hídrico em termos de provisão para o município. Essa lacuna evidencia a necessidade de fortalecimento em mecanismos de conscientização, participação social e governança ambiental voltados à conservação dos serviços ecossistêmicos.

Figura 5. Afluente do rio das Pedras na região dos Bulhões, Itagi, Bahia



Foto: SANTANA, A. de J. (2025).



O Rio das Pedras, além de desempenhar função essencial no abastecimento hídrico da população, apresenta, ao longo de sua extensão, múltiplas feições geomorfológicas, como cachoeiras e poços naturais, que se configuram como importantes atrativos turísticos. Esses espaços são frequentados por moradores locais, visitantes de diferentes regiões da Bahia, de outras unidades federativas e, mais recentemente por turistas estrangeiros.

Entre os principais pontos de visitação, destacam-se o Riacho Doce, o Poço da Mãe d'Água e a Cachoeira de Cândido Alves, localizados a aproximadamente três quilômetros da sede municipal. Tais ambientes representam expressivos recursos ecossistêmicos, ao conciliarem funções de provisão — relacionadas ao fornecimento de água — e funções culturais, associadas ao lazer, à contemplação da paisagem e às práticas recreativas. Dessa forma, esses serviços ecossistêmicos contribuem não apenas para a melhoria da qualidade de vida da população, mas também para a dinamização econômica local, por meio do fortalecimento do turismo e das atividades a ele associadas.

Destaca-se que, ao longo de toda a extensão da “Bacia Hidrográfica Imponência”, a ocupação residencial ocorre, em grande medida, com proximidade imediata aos cursos d'água, sendo frequente a utilização de fossas rudimentares para disposição de efluentes sanitários. Em função das condições topográficas, caracterizadas por declividades acentuadas, e da localização das moradias em cotas superiores ou adjacentes aos canais de drenagem, observa-se o escoamento de contaminantes em direção aos corpos hídricos, contribuindo para a degradação da qualidade das águas superficiais.

Nesse sentido, a mitigação desse quadro demanda a implementação de políticas públicas voltadas à infraestrutura de saneamento básico, com ênfase na implantação de sistemas adequados de tratamento de efluentes, como fossas sépticas padronizadas. Tais ações devem ser conduzidas pelo poder público municipal, com planejamento técnico, financiamento específico e acompanhamento sistemático por parte dos órgãos de gestão ambiental, visando à proteção dos recursos hídricos e à promoção da saúde ambiental.

Figura 6. Portal de entrada de Itagi, Bahia como elemento da paisagem cultural urbana



Foto: SANTANA, A. de J. (2025)

A Figura 6 mostra um pórtico de acesso urbano que “jorra água”, localizado na BA-130, entrada do município de Itagi, o qual se consolidou como um dos principais símbolos da identidade local, ao associar elementos culturais à valorização dos recursos naturais, especialmente da água. A estrutura arquitetônica evidencia a incorporação de atributos ambientais no espaço urbano, reforçando a relação entre paisagem, cultura e serviços ecossistêmicos.

Ressalta-se que o processo de implantação desse elemento simbólico de entrada, foi marcado por controvérsias ao longo de diferentes gestões municipais, no período compreendido entre 2013 e 2024, incluindo questionamentos acerca de irregularidades administrativas e interrupções na execução da obra. A estrutura permaneceu inacabada por um longo período, sendo posteriormente concluída na gestão do prefeito eleito em outubro de 2024, consolidando-se como estrutura física, patrimonial e cultural, representativa do espaço urbano e da identidade socioambiental do município.

O acabamento dos quatro pilares do pórtico de acesso urbano é constituído por revestimento em pedras lascadas, originalmente extraídas do Rio das Pedras, curso d’água que atravessa o município de Itagi. Essa incorporação de elementos naturais à materialidade urbana evidencia a interação entre sociedade e natureza, configurando o espaço como um sistema



complexo, continuamente transformado por dinâmicas antrópicas e naturais, conforme discutido por Santos (1996).

Nessa perspectiva, as práticas espaciais que estruturam o cotidiano articulam dimensões objetivas e subjetivas, sendo orientadas simultaneamente por racionalidades técnicas e por aspectos simbólicos e afetivos, conforme aponta Góes (2022). Assim, embora o referido equipamento urbano constitua um elemento funcional de acesso, também expressa identidades, valores culturais e singularidades da paisagem geográfica e ecossistêmica local.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar os serviços ecossistêmicos de provisão e culturais ofertados pelo meio ambiente no município de Itagi, bem como avaliar sua relevância para o desenvolvimento econômico sustentável em escala local. Com base em observações de campo e entrevistas realizadas com moradores das zonas rural e urbana, constatou-se que o município, embora apresente extensão territorial relativamente reduzida, possui uma disponibilidade hídrica singular. Tal característica exerce papel estruturante na configuração da paisagem geográfica, influenciando diretamente as dinâmicas sociais, econômicas e culturais que organizam o território.

Os resultados evidenciaram que a denominada “Bacia Imponência”, inserida em faixa de transição entre os biomas Mata Atlântica e Caatinga, constitui o principal sistema provedor de recursos hídricos do município. A partir dessa unidade hidrográfica originam-se cursos d’água como o Rio das Pedras, responsável pelo abastecimento da zona urbana por meio da Empresa Baiana de Águas e Saneamento, além do Rio da Febronha, Jaguarana e Palmeira, que auxiliam na formação de feições paisagísticas, como cachoeiras, que impulsionam o turismo de base ecológica, concomitantemente fornecendo suporte às atividades agropecuárias desenvolvidas em comunidades rurais.

Constata-se, portanto, a multifuncionalidade da água enquanto serviço ecossistêmico, desempenhando simultaneamente funções de provisão — relacionadas ao abastecimento de água em condições de consumo e na viabilidade de produção agropecuária — e funções culturais, materializadas em paisagens como o Poço da Mãe d’Água, o Riacho Doce e a Cachoeira de Cândido. Além de outras estruturas naturais na região da Jaguarana, no Riachão do Velho Teté, Vinhático II, entre outros locais. Esses ambientes contribuem para o fortalecimento da identidade local e dinamização econômica, especialmente por meio de atividades de lazer. Entretanto, verificou-se que essa expressiva riqueza ecossistêmica se



encontra sob crescente pressão, decorrente de intervenções antrópicas que comprometem a integridade dos sistemas naturais e a continuidade dos serviços ecossistêmicos.

Verificou-se a recorrência de práticas em desacordo com a legislação ambiental, expressas pela supressão de matas ciliares e ocupação de Áreas de Preservação Permanente (APPs) para implantação de pastagens, monoculturas e edificações irregulares, sobretudo nas áreas de nascentes do Rio das Pedras, localizadas na região da Jussara, Febronha, Riacho da Onça e adjacências. Tais intervenções comprometem a quantidade e a qualidade dos recursos hídricos, evidenciadas pelo aumento do assoreamento em períodos chuvosos, com elevação da turbidez, e pela redução significativa da vazão durante os períodos de estiagem.

Esse cenário é agravado pela limitada efetividade das ações de fiscalização por parte de órgãos ambientais em diferentes escalas — federal, estadual e municipal —, bem como pela insuficiente percepção da população local quanto ao valor estratégico dos recursos naturais disponíveis. Tal condição é particularmente preocupante entre os próprios residentes da “Bacia Hidrográfica Imponência”, cuja dependência direta desta estrutura ambiental não tem sido acompanhada por práticas compatíveis com sua conservação.

Observa-se uma racionalidade de caráter utilitarista do meio ambiente e orientada ao curto prazo, que historicamente tem sido associada a processos de ocupação territorial do período colonial, e posteriormente reforçada por dinâmicas econômicas e capitalistas contemporâneas, contradizendo sobretudo os princípios estabelecidos no Artigo 225 da Constituição Federal de 1988, que estabelece o direito ao meio ambiente equilibrado. Nesse sentido, evidencia-se uma discrepância entre a valorização simbólica dos recursos hídricos — materializada, por exemplo, no pórtico de acesso urbano do município de Itagi — e as práticas de degradação observadas nas áreas de nascentes e cursos de rios, decorrentes de fragilidades na gestão ambiental e de níveis ainda incipientes de conscientização socioambiental.

Como limitações, destaca-se que o presente estudo não contemplou a quantificação de vazões, a mensuração de parâmetros físico-químicos e microbiológicos da qualidade da água, nem o mapeamento preciso das áreas degradadas, restringindo-se a uma abordagem qualitativa de caráter exploratório. Para investigações futuras, recomenda-se a realização de mapeamentos detalhados das áreas prioritárias para conservação, a análise integrada da qualidade hídrica dos principais cursos d'água, bem como estudos de valoração econômica dos serviços ecossistêmicos. Adicionalmente, sugere-se a avaliação da viabilidade de implementação de instrumentos como o pagamento por serviços ambientais voltados aos produtores rurais inseridos na “Bacia Hidrográfica Imponência”, como estratégia de incentivo à conservação e ao uso sustentável dos recursos naturais.



Dessa forma, conclui-se que o desenvolvimento econômico sustentável do município de Itagi está diretamente condicionado à manutenção dos serviços ecossistêmicos, com destaque para os recursos hídricos. Tal constatação reforça a compreensão de que a conservação ambiental não se configura como um entrave ao desenvolvimento, mas como requisito fundamental para sua viabilidade a longo prazo.

Nesse sentido, torna-se premente a atuação do poder público municipal, em articulação com representantes dos municípios de Jequié, Dário Meira e Boa Nova, no estabelecimento de instrumentos normativos específicos para a gestão da “Bacia Imponência”. Ademais, recomenda-se a implementação de programas de recuperação de matas ciliares, bem como o fortalecimento de ações de educação ambiental nos sistemas de ensino municipal e estadual. Particularmente, no contexto de Itagi, a conservação dos recursos hídricos representa uma estratégia essencial para assegurar a continuidade dos serviços de provisão e culturais, garantindo condições de vida à comunidade, preservação das identidades locais e sustentabilidade das gerações presentes e futuras.

REFERÊNCIAS

AB’SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. 3. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. 279 p.

BERTRAND, Georges. **Paisagem e geografia física global: esboço metodológico**. *Caderno de Ciências da Terra*, São Paulo, n. 13, p. 1-27, 1972.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 abr. 2026.

BRASIL. **Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021**. Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 14 jan. 2021. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 01 maio 2026.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Atlas geográfico escolar**. 9. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. p. 70.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Município de Itagi**. 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/brasil/ba/itagi/panorama>. Acesso em: 25 mar. 2026.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Brasil, Bahia, Itagi**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/itagi.html>. Acesso em: 20 mar. 2026.



CHRISTOFOLETTI, Antônio. **Modelagem de sistemas ambientais**. São Paulo: Edgard Blücher, 1999.

COSTANZA, Robert; DALY, Herman Edward. Natural capital and sustainable development. **Conservation Biology**, v. 6, n. 1, p. 37–46, 1997.

FARLEY, Joshua. Ecosystem services: the economics debate. **Ecosystem Services**, v. 1, n. 1, p. 40–49, 2012.

GÓES, Eva Maria; MELAZZO, Everaldo Santos (orgs.). **Metodologia de pesquisa em estudos urbanos: procedimentos, instrumentos e operacionalização**. Rio de Janeiro: Consequência, 2022.

GUERRA, Antonio José Teixeira; MARÇAL, Mônica dos Santos (org.). **Geomorfologia ambiental**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

JACOBI, Pedro Roberto; CIBIM, Juliana; LEÃO, Renata de Souza. Crise hídrica na Macrometrópole Paulista e respostas da sociedade civil. **Estudos Avançados**, v. 29, n. 84, p. 27–42, 2015.

LACERDA, Cícero de Souza; CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. Modelos de indicadores de sustentabilidade para gestão de recursos hídricos. In: LIRA, W. S.; CÂNDIDO, G. A. (orgs.). **Gestão sustentável dos recursos naturais: uma abordagem participativa**. Campina Grande: EDUEPB, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

RAPIDEYE. Terra Online. 2019. Disponível em: <https://earth.esa.int>. Acesso em: 18 mar. 2026.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Rozely Ferreira dos. **Planejamento ambiental: teoria e prática**. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

SOCHAVA, Viktor Borisovich. **O estudo de geossistemas. Métodos em questão**, São Paulo: Instituto de Geografia/USP, n. 16, 1977.

TRICART, Jean. **Ecodinâmica**. Rio de Janeiro: IBGE, 1977.